

CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DO CRATO – CEARÁ: CONSIDERAÇÕES NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

João César Abreu de Oliveira - Universidade Regional do Cariri – URCA
njcesar@bol.com.br

Verônica Salgueiro do Nascimento - Universidade Federal do Ceará – UFC
vsalgueiro@gmail.com

Suely Salgueiro Chacon - Universidade Federal do Ceará – UFC
suelychacon@gmail.com

Diego Coelho do Nascimento - Universidade Federal do Cariri – UFCA
diego.br.coelho@ufca.edu

Bruno Ferreira Soares - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
bruno.geografia@hotmail.com

João César Abreu de Oliveira Filho - Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
joao.cesar@univasf.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar a questão urbana/ambiental na cidade do Crato – Ceará. A metodologia utilizada se constitui em procedimentos qualitativos de investigação pautadas na pesquisa bibliográfica e análise documental, além da observação e percepção da cidade. A investigação justifica-se na perspectiva de compreender a cidade, enfocando as ações e os impactos ambientais em virtude das políticas públicas adotadas e seu desenvolvimento urbano nos últimos anos. Buscou-se entender essa cidade como um processo de produção e reprodução das relações sociais no sentido de percebê-la como produto das contradições do modelo de desenvolvimento do capital. Essa cidade, não compreende a relação sociedade/natureza como algo indissociável, ao contrário, acirra as contradições da mesma, percebendo a natureza como um bem a ser explorado infinitamente. Os resultados demonstram que a cidade do Crato não se destina a satisfazer as necessidades primordiais da população, ainda que estejam surgindo novas formas de repensá-la, a partir de práticas comunitárias e individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Sociedade; Natureza.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a cidade do Crato, localizada ao sul do estado do Ceará, apresenta-se como importante centro de produção e consumo, com atividades econômicas, religiosas, sociais, ambientais e culturais que influenciam a região na qual está inserida, o Cariri. O referido município atravessa um intenso processo de degradação das condições de vida em virtude da descaracterização dos ambientes urbanos/paisagísticos norteadores de uma vida mais humanizada, bem como pela exacerbação da pobreza, miséria e outros aspectos que não condizem com a práxis da sustentabilidade, no sentido defendido por Sachs (2008).

A cidade não foi impulsionada por um planejamento urbano participativo ligado aos setores mais carentes da sociedade e sim a partir de políticas de desenvolvimento urbano calcadas na reprodução ampliada do capital. Esse fato agravou a problemática ambiental, gerando grandes problemas para os cidadãos e levando a um descompasso entre as medidas normalizadas na Lei Orgânica do Município, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), Estatuto da Cidade e as ações desenvolvidas pelos gestores e moradores.

A partir das experiências vivenciadas no cotidiano das cidades e de pressupostos teóricos a respeito da questão urbana e ambiental, torna-se necessário discutir os princípios da produção do espaço urbano da cidade do Crato, buscando assim, entender e teorizar como se processou e,

atualmente, se processa a questão urbana/ambiental desta cidade frente às políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo principal analisar a questão ambiental na cidade do Crato, face as transformações urbanas ocorridas nos últimos anos pela expansão em prol do capital privado. Como objetivos específicos adotou-se uma reflexão sobre a perspectiva da sustentabilidade no ambiente urbano, bem como uma análise da lógica do desenvolvimento que norteia a implantação de grandes projetos no estado do Ceará.

Para materialização deste artigo, optou-se por um caminho metodológico a partir da investigação do referencial teórico (livros, artigos, análise documental, relatórios técnicos, entre outros) acerca da temática analisada e a utilização de procedimentos investigativos qualitativos, tais como a observação e percepção da cidade e dos moradores e informações obtidas de órgãos institucionais.

UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL NAS CIDADES, MITO OU VERDADE?

As precárias condições de vida nas cidades brasileiras, que afetam principalmente os mais pobres, ocasionam sérios problemas sociais e ambientais, como a favelização, a criminalidade, a falta de saneamento básico e a escassez de moradia. Outros problemas – a ocupação das encostas de chapadas e as margens de rios – também contribuem para o aumento desse quadro de insustentabilidade ambiental.

A cidade do Crato é uma das sedes do polo de desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri (RMC) que foi criada a partir da lei complementar estadual Nº 78 de 2009. A criação da referida área, no contexto intraurbano e interurbano (VILLAÇA, 2001) da cidade, possibilita a viabilidade de um amplo desenvolvimento na região, potencializando a cidade para investimentos nacionais e internacionais que viabilizem o crescimento das urbes que a compõem.

O processo de urbanização no Brasil, entendido de acordo com o pensamento de Santos (1994) como fenômeno irreversível, ocasionou graves consequências ao meio ambiente, gerando uma complexidade de problemas, agravando a degradação da qualidade de vida dos cidadãos e levando a formas irracionais de uso do solo urbano e dos recursos naturais.

A contradição no modelo de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, nos países periféricos, configura-se desde as grandes metrópoles até as pequenas e médias cidades, como é o caso da cidade do Crato. Esta pode ser encarada como uma expressão das contradições vivenciadas nas metrópoles brasileiras, claro, com suas limitações espaciais e temporais (OLIVEIRA FILHO, 2014).

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento da cidade em questão não difere do resto do país, tendo sido marcado pela intensificação do processo de industrialização, ou como postula Lefebvre (2008) pelo duplo processo industrialização (indutor) e urbanização (induzido). O Crato, no contexto histórico regional sempre exerceu uma forte influência regional devido a suas dimensões territoriais e de localização, além dos atrativos biogeográficos que resultam na composição social da economia da cidade, atraindo turistas e habitantes para residirem no município (OLIVEIRA FILHO, 2014).

O crescimento dessa cidade não foi acompanhado das condições essenciais ao desenvolvimento urbano, visto que não considerou as necessidades da população carente. A instalação da rede de distribuição de água e esgoto vem acontecendo de forma precária, não atingindo as novas áreas habitacionais. Também falta, por parte da administração pública, planejamento, ordenação e a regulamentação da expansão da cidade. O crescimento “desordenado” e carente de infraestrutura básica de saneamento e moradia acompanhou o surgimento de alguns importantes bairros, como o do Seminário (e suas dezenas de comunidades), Batateira, Vila Alta, Alto da Penha, Barro Vermelho, Mutirão, dentre outros (FARIAS FILHO, 2007).

Como aponta Arlete Moyses Rodrigues (2013, p. 209):

[...] os temas “meio ambiente”, “desenvolvimento sustentável”, “Agenda 21”, “cidades sustentáveis” (Programa do Habitat), “cidades saudáveis”, Programa da Organização Mundial da Saúde, “Agenda 21 local” foram também incluídos em estudos de Geografia, que tradicionalmente se ocupam das relações entre sociedade e natureza, implicando a análise da produção e a reprodução do espaço e sua complexidade.

Portanto, percebe-se a complexidade da questão ambiental/urbana, onde muitas são as possibilidades de análise sobre o meio ambiente urbano nas diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, entende-se que o espaço é uma categoria indispensável de análise e como produto social. Segundo Carlos (2011), o espaço é dinâmico e fruto da própria espécie humana no movimento de relação com a natureza, onde sua produção se dá concomitantemente ao processo de transformação da sociedade, engendrada por relações contraditórias e desiguais na formação social e econômica dos modos de produção.

O espaço urbano caracterizado como um modo de vida, como um modo de produzir, de consumir, pensar, sentir e imaginar refletirá as aspirações da sociedade e se materializará na produção e concretude da cidade (CARLOS, 1992, 2011).

O urbano apresenta-se como uma realidade social, composta de relações a serem concebidas, construídas e reconstruídas pelo pensamento humano e é entendido como “locus” do poder, como arena privilegiada de luta de classes, como motor das transformações sociais. O urbano também é decorrente do processo de urbanização, sendo esta compreendida como passagem do modo

de vida rural para o urbano, em decorrência das transformações que marcam profundamente a modernidade. Assim, a sociedade urbana é uma realidade que se generaliza.

Fundamental para compreender esse movimento, a cidade surge como fenômeno visível e invisível, manifestada pela vida urbana, onde perde sua naturalidade porque aparece como uma criação humana e ao mesmo tempo condição de sua existência (SILVA, 1993). A categoria cidade é entendida como forma concretizada do processo de urbanização. As cidades são resultados cumulativos de todas as outras cidades do passado sendo transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos.

A noção de meio ambiente aparece como aquela que diz respeito à vida dos grandes grupos humanos, onde tudo que se relaciona com o ser humano e a sua reprodução está inserido por relações dialéticas (GONÇALVES, 1989).

Já a categoria meio ambiente urbano tem conotação mais específica:

[...] compreende o meio ambiente urbano o conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura, os equipamentos de consumo coletivos, as imagens, símbolos e representações subjetivas e/ou objetivas, o conjunto de normas jurídicas que estabelecem os limites administrativos das cidades, as possibilidades de circulação, de propriedade e de uso do espaço, do acesso ao consumo da e na cidade e um conjunto de atividades públicas e políticas (RODRIGUES, 1997, p. 139-140).

O meio ambiente urbano está imbricado com o ideário do desenvolvimento, fruto e semente da revolução industrial do período moderno, levando à concepção da insustentável utopia do desenvolvimento discutida por Veiga (1993), no sentido de se pensar sobre a dinâmica dos modos de produzir nas sociedades modernas, a fim de propiciar uma nova maneira de pensar e planejar as cidades.

Percebe-se, cada vez mais, que os padrões de desenvolvimento clássicos ligados às bases econômicas são limitados e levam à má distribuição social de riquezas, gerando uma vida em sociedade com grandes dificuldades do ponto de vista ambiental.

As políticas de desenvolvimento urbano superam a visão de cidade funcional reduzida caricaturalmente. A cidade é mais que isso. É o lugar de morar, trabalhar, circular e cuidar do corpo e do espírito. É uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando a paisagem que se percebe para circunscrever sentimentos e emoções. A cidade contém a produção e a reprodução, sendo uma obra do homem que parece sobrepor-se ao próprio homem (LEFEBVRE, 2008).

Concorda-se com Arlete Moyses Rodrigues (2013) que é preciso pensar o meio ambiente de forma interdisciplinar, transdisciplinar e isso resulta em pensá-lo a partir de uma crise paradigmática que percorre tanto a ciência como a sociedade em si e o modo de produção.

Para a autora, uma mudança paradigmática permitiria:

[...] entender que a crise ambiental decorre do sucesso do modo de produção que provoca, contraditoriamente, problemas sociais e ambientais. Auxiliaria a compreender o processo de produção de mercadoria e desvendar causas e agentes da poluição do ar, do solo, das águas, bem como dos desmatamentos e da perda da bio e da sociodiversidade. Istrumentais analíticos adequados contribuiriam para a compreensão de que a crise não é do modo de produção, mas sim, provocada por ele. A manutenção do paradigma implica atribuir a origem dos problemas ao consumo e aos consumidores, sem apontar o sucesso do modo de produção, que continua a produzir mais e mais mercadorias e a obsolescência programada (RODRIGUES, 2013, p. 201).

De acordo com o pensamento de Rodrigues (2013), os discursos sobre meio ambiente fazem parte do rol de insurgências do capitalismo atual, do paradigma dominante, que mercantiliza a natureza e as formas de conservação e preservação, apontando o problema para os consumidores. Para Slavoj Žižek (1996) a ideologia do desenvolvimento sustentável se impõe sem que a essência da crise seja explicada, não atribuindo a crise, sua principal causa.

Rodrigues (2013, p. 211) aponta que “o meio ambiente passa a ser o tema que obscurece a crise. O saber competente está sendo guiado pelos organismos internacionais de financiamento e a colonização do inconsciente atinge a academia e não apenas os não letrados”. Nesse sentido, como pode a cidade ser sustentável se ela é um produto humano, quer dizer, produto do capital? A cidade capitalista é insustentável por natureza, a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social.

Arlete Moyses Rodrigues (2013, p. 211) discute essa questão:

As novas matrizes discursivas, ao mesmo tempo em que ocultam os verdadeiros responsáveis pelos problemas – aqueles que se apropriam e são proprietários dos meios de produção, da terra, das riquezas – e atribuem a responsabilidade aos “consumidores” e aos pobres que ocupam as piores áreas, que não interessam ao setor imobiliário, obscurecendo a essência da desigualdade e da segregação socioespacial, ocultando a importância do território, do espaço e da sociedade.

Portanto, os consumidores são no discurso do paradigma dominante o grande entrave da problemática ambiental. Esses são responsáveis pelos problemas relacionados à cidade e seu desenvolvimento ambiental. Essa abordagem corrobora num falso discurso que atribui aos problemas pontuais às causas estruturais do modo de produção capitalista que escamoteia os discursos em torno do meio ambiente e da questão ambiental.

Essas questões transbordam os limites espaço-temporais da cidade, compreendendo o espaço urbano como um coágulo de contradições e disputas de espaços de poder na cidade, provocando territorializações, desterritorializações, reterritorializações e multiterritorializações (HAESBAERT, 2004) incorporados pela lógica do desenvolvimento capitalista.

No que concerne ao termo cidades sustentáveis, o mesmo surgiu na pauta de discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitar I e II). Rodrigues (2013, p. 219) questiona o termo cidades sustentáveis da seguinte forma:

Como entender que se fale em “cidade sustentável” se a sociedade urbana extrapola o limite das cidades? Cidade, do ponto de vista administrativo no Brasil, significa a área demarcada como urbana nos municípios. O urbano representa um modo de vida, uma sociedade urbanizada, como afirma Lefebvre (1969).

O Estado surge, então, como forma de regular os conflitos sociais, limitar as lutas e os embates de interesses. Aparece como instrumento de classe e mediador dos conflitos sociais (CHAUI, 1995).

A problemática ambiental coloca em discussão a relação sociedade-natureza que tem vigorado na cotidianidade. Com ela perpassa o sentir, o pensar e o agir das sociedades modernas, no fundo, coloca também em questão o modo de ser, de produzir e de viver desta sociedade (GONÇALVES, 1989).

Sendo assim, novas potencialidades alternativas ligadas ao respeito ao meio ambiente, à participação social e à valorização da cidadania já estão gerando instrumentos e modelos políticos no sentido do desenvolvimento voltado para uma vida melhor, com ênfase na administração da cidade com base ecológica e justa distribuição dos bens essenciais à vida humana.

Entende-se que o desenvolvimento urbano está ligado a essas bases acima citadas, e representa os anseios dos movimentos populares de cidadãos que não cansam de pedir maior responsabilidade dos governos no trato das questões ambientais; de corporações e instituições acadêmicas, profissionais e religiosas que não desistem de lutar contra as degradações do meio ambiente; de movimentos de proteção dos direitos humanos que bradam pela erradicação da miséria e da fome e pela própria retomada da ciência a serviço de uma sociedade ambientalmente ecológica.

Assim, entende-se a partir do exposto, que a totalidade destas discussões atenta para o fato que complexas e contraditórias são as teorias e conceitos sobre o meio ambiente urbano. Neste contexto, a preocupação em realizar uma releitura da cidade do Crato no sentido de contribuir para o entendimento deste espaço onde natureza e sociedade não sejam indissociáveis, torna-se emergente em virtude dos conflitos existentes na busca do direito à cidade.

DESENVOLVIMENTO URBANO E O LEGADO AMBIENTAL NA CIDADE DO CRATO

São comuns (e constantes) discursos referentes ao desenvolvimento na cidade do Crato e em seu entorno, principalmente nas cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha, a partir da dimensão territorial da Região Metropolitana do Cariri.

Os conflitos existentes entre as três cidades principais da Região do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que formam o denominado triângulo CRAJUBAR), no que se refere ao desenvolvimento de uma em relação à outra, são expressos a partir de tendências das políticas públicas de desenvolvimento urbano municipais, estaduais, nacionais e internacionais que interferem no processo de produção e reprodução da cidade capitalista.

Nestas cidades, dada sua continuidade geográfica, há a dificuldade de delimitação de suas fronteiras, não podendo ser analisadas separadamente, mas fazendo parte de um conjunto, como uma aglomeração. É fato concreto que esta regionalização/diferenciação das cidades por grau de desenvolvimento interessa a grande maioria dos seus cidadãos e a grupos políticos e econômicos que disputam poder na região.

As origens das políticas de desenvolvimento no Ceará estão ligadas à lógica do desenvolvimento sócioeconômico e político do Brasil já no seu período colonial, como se constata ao analisar a estrutura agrária ligada à monocultura açucareira. Assim, os modelos de desenvolvimento do estado do Ceará estiveram sintonizados com os modelos de desenvolvimento do país, atendendo aos anseios ditados e normalizados por políticas macroeconômicas e microeconômicas de desenvolvimento. Por exemplo, o desenvolvimento da Região do Cariri esteve ligado a grandes projetos desenvolvimentistas do governo do Estado ao longo da história, tais como os projetos de industrialização sob financiamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ações como a instituição da Região Metropolitana do Cariri em 2009.

A fundação das primeiras vilas e das primeiras cidades teve o intuito de exercer funções administrativas, militares e religiosas. Então, as cidades começaram a surgir quando aglomerações populacionais em torno quase sempre das Igrejas, devido às missões jesuíticas, passaram a assumir funções comerciais como centros de trocas de mercadorias. Mas, segundo Girão (1985), as primeiras cidades surgiram no litoral, favoráveis à implantação de portos e a defesa da costa, com funções exclusivamente militares. Por sua vez, o desenvolvimento destas primeiras cidades deu-se em decorrência da posição geográfica e da situação que elas tinham em relação aos eixos de comércio e aos centros produtores, permitindo assim o desenvolvimento de serviços, de atividades de beneficiamento da produção agrícola e fabricação de alguns produtos de grande consumo.

Foi somente com o desenvolvimento da cultura do algodão e a implantação do sistema ferroviário que se modificou profundamente o desenvolvimento do estado do Ceará e a sua estrutura urbano-espacial. Estas modificações de ordem político-econômico-social, vinculadas a processos de divisão do trabalho, com a influência do desenvolvimento das vias de comunicação, foram fundamentais para o crescimento da cidade de Fortaleza como centro metropolitano e de outras cidades do interior do Ceará, como Crato, Sobral, Iguatu e Juazeiro do Norte como centros regionais.

Fortaleza concentrou, assim, a sede do governo do Estado e vários outros organismos da administração federal como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), evidenciando o processo de metropolização que cataliza as populações, as atividades econômicas e decisões políticas, marcando, sensivelmente, o desequilíbrio em termos espaciais com o processo de crescimento de Fortaleza em detrimento das outras cidades.

Um grande marco de partida nesta direção foi incrementado a partir da criação do BNB em 1952, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 que, com suas políticas de desenvolvimento do Nordeste através dos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), passaram a dinamizar o processo de industrialização/urbanização nos moldes propostos pelos modelos de desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 1977). Estas políticas foram implantadas para resolver os problemas das disparidades regionais do Nordeste quando comparada ao Centro-Sul, em decorrência do relativo atraso socioeconômico da região.

Estas intervenções no Nordeste foram capazes de promover o crescimento econômico e a modernização da economia na região. Entretanto, não foi possível atingir os efeitos esperados quando da implantação destas políticas de desenvolvimento, em virtude de não ter eliminado ou até mesmo diminuído as disparidades regionais entre o Nordeste e o Sudeste, em virtude de não gerar emprego e renda que promovessem a absorção do grande excedente de força de trabalho da região. Ao contrário, as taxas de desemprego e de subemprego permaneceram elevadas, ao lado de altas taxas de emigração, miséria, falta de moradias, educação e saúde precárias.

Constata-se, desta forma, a inexpressividade de políticas ambientais sustentáveis a partir de alguns casos: a) Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETUR) que foi sendo executado a revelia da Lei do Gerenciamento Costeiro, que determina uma planificação para a ocupação do litoral; b) a contínua degradação de áreas especialmente protegidas como as dunas e falésias do litoral cearense; c) a construção do Açude Castanhão, deixando-se de contemplar os impactos ambientais; d) a construção do Complexo Portuário do Pecém; e) o não cumprimento por parte das prefeituras municipais do Ceará da Constituição Federal de 1988 que estabelece que cidades acima de 20 mil habitantes são obrigadas a apresentar planos diretores; f) além de casos de desmatamentos, poluição dos rios, dentre outros que continuam a assolar o estado.

A partir do exposto, pode-se perceber que a dimensão da questão ambiental através das políticas públicas no Ceará se deu ao avesso do que se diz ser uma política ambiental, considerando a fragilidade do que está instituído na Constituição Federal de 1988.

Certamente, o Estado do Ceará está calcado por estas dimensões no que diz respeito à questão ambiental. A Região do Cariri, no Sul do Ceará, não é exceção, haja vista que muitos

problemas afetam o meio ambiente deste espaço. Seguindo a lógica do desenvolvimento implantado no Brasil, o município do Crato e os municípios vizinhos (Juazeiro do Norte e Barbalha), e mesmo suas hinterlândias, tiveram como legado grandes impactos relacionados ao meio ambiente.

A análise do espaço urbano nos revela problemas no meio ambiente em função do processo de formação social e territorial da cidade e em virtude das políticas municipais de desenvolvimento urbano. Assim, impactos ambientais urbanos aparecem, hoje, na cidade, influenciados, em parte, por um conjunto de fatores econômicos, sociais, ambientais, psicológicos e políticos, refletindo em preocupações de ordens individuais e coletivas que perpassam também por toda a Região do Cariri.

Não chega a ser proporcional aos grandes centros urbanos, mas demonstra o esgotamento dos padrões de desenvolvimento adotado pelos governos municipais que não foram capazes de propor formas alternativas de gestão urbana, principalmente após a Constituição de 1988 que delega aos municípios a responsabilidade pelo desenvolvimento urbano, conforme prevê o Estatuto da Cidade.

O estado de poluição por que passam as águas superficiais e subterrâneas na cidade evidencia o grau de degradação dos ambientes urbanos. Muitos dos seus principais rios, riachos e aquíferos estão completamente poluídos, devido a ausência de saneamento básico, atividades agrícolas com uso de agrotóxicos, atividades industriais poluentes, localização incorreta dos cemitérios e a especulação imobiliária. Estes fatores têm trazido sérios prejuízos aos rios Batateiras, riacho Constantino, rio Saco Lobo e ao rio Grangeiro que cortam toda a cidade, passando pelo Centro e bairros circunvizinhos.

O rio Grangeiro atravessa a cidade e encontra-se em elevado processo de poluição, ocasionada por dejetos dos esgotos urbanísticos, destruição da fauna e flora nas suas margens e utilização do solo urbano irracionalmente, causando a sua morte e comprometendo toda a bacia hidrográficada da Chapada do Araripe, provocando grandes enchentes e prejudicando a população local.

Esse rio, que deveria servir de grande importância social, econômica e ambiental para a cidade do Crato, vem perdendo seu encanto e repercutindo na vida cotidiana dos moradores. A poluição do rio Grangeiro, à primeira vista, é um dos aspectos mais evidenciados relacionados ao meio ambiente dessa cidade. Outros problemas são percebidos retratando a problemática ambiental urbana da cidade, como a extrema fragmentação do espaço urbano. As habitações da classe de maior poder aquisitivo ocupam as zonas mais favorecidas, aproveitando-se de uma topografia privilegiada, de um clima mais ameno e de superfícies verdes favoráveis à moradia, representados pelos bairros do Pimenta, Sossego, Misericórdia, Ossian Araripe, Parque Grangeiro e o Novo Lameiro.

A figura 01 evidencia a maior enchente que o canal do Rio Grangeiro já enfrentou a partir de uma grande chuva ocorrida entre a madrugada do dia 27/28 de Janeiro de 2011. Percebe-se na imagem, que a área margeada pelo rio (inclusive, composta pelos bairros mais nobres, como o bairro Pimenta) sofreu graves consequências, fruto do modelo de desenvolvimento da cidade capitalista que insiste na não preocupação real da questão ambiental.



Figura 01 - Canal do Rio Grangeiro em Crato-CE no dia seguinte a uma enchente.
Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Nos bairros mais nobres, as residências, por possuírem um maior volume de área construída, com equipamentos modernos como piscina e campo de futebol são propriedade de empresários, comerciantes, profissionais liberais, executivos e funcionários públicos que residem na urbe.

Por outro lado, os bairros de classe de menor poder aquisitivo são compostos por aglomerações de casas precárias e barracos onde a infraestrutura indispensável não existe por falta de uma política urbana e por não ser rentável do ponto de vista econômico para o Estado. Os maiores exemplos são os bairros do Seminário, Cacimbas, Independência, Alto da Penha, Muriti, Gizélia Pinheiro e Ossean Araripe.

Nos espaços da cidade, em quase todos os bairros, proliferam as comunidades carentes, quase sempre habitadas por famílias que não possuem acesso a moradia e a terra urbana, em virtude do valor de troca sobrepor o valor de uso do solo urbano na cidade, como marco do movimento de reprodução capitlita da cidaade, gerando problemas e conflitos relacionados com as políticas habitacionais em decorrência da especulação imobiliária, não respeitando os moradores nem as áreas destinadas as Zonas Especiais Ambientais e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de coloração verde, conforme a figura 02.

O elevado déficit habitacional está diretamente ligado a concentração de terras urbanas e moradias nas mãos de uma minoria, fazendo com que os aluguéis sejam altos, consumindo parte dos salários dos já pobres inquilinos e refletindo uma perversa destinação dos imóveis urbanos sem cumprir a função social da propriedade privada.

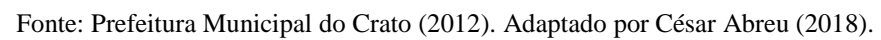
Outro impacto ambiental sério diz respeito à acumulação de lixo e sua destinação final. Elevadas quantidades de lixo são depositadas a céu aberto, principalmente nos terrenos baldios, nas margens dos rios e riachos e lixões a céu aberto acentuando a proliferação de doenças.

Outro aspecto emblemático da questão ambiental consiste no perímetro urbano do Centro da cidade do Crato, por estar próximo ao canal do rio Grangeiro estando sujeito aos processos de alagamentos e inundações, conforme a imagem (Figura 03). Além disso, têm-se problemas de mobilidade urbana, verticalização inadequada, destruição do patrimônio histórico-cultural, poluição visual pelo excesso de *outdoors*, dentre outros.



Figura 03 – Enchente do Centro do Crato após a cheia do Rio Grangeiro.

Fonte: Arquivo pessoal (2011)



Estes fatos, certamente, prejudicam os moradores da cidade que, apesar da existência de hospitais, clínicas médicas e odontológicas e de outros serviços médico-hospitalares, apresentam graves doenças em virtude da inexistência de uma política de saneamento básico.

Adicione-se a isto, o fato do acesso ao ensino ser prioridade de poucos, pois, os mais carentes têm que trabalhar, muitas vezes, não conseguindo acumular estudo e trabalho. Muitas das instituições de ensino, devido a fatores políticos, administrativos e pedagógicos, também não cumprem com seu papel de formadores de cidadãos, em parte pela inexistência de políticas pedagógicas calcadas em paradigmas mais libertários e democráticos (FREIRE, 2005) a partir da não introdução da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como da discussão da questão ambiental e de suas relação sociedade/natureza nos currículos oficiais que legitimam e fragmentam esse discurso.

Outro indicador da degradação da qualidade de vida na cidade do Crato está relacionado com as políticas de geração de emprego, trabalho e renda, principalmente com as transformações na economia urbana influenciadas pela globalização. Multiplica-se, no meio urbano, o número de desempregados, pessoas à procura de emprego, menores na rua que buscam dinheiro através da mendicância e de pequenos trabalhos temporários.

Agregados aos problemas citados, relacionados com o meio ambiente urbano, há, também, deficiências de planejamento e organização das estradas e ruas que cortam a cidade. Apesar de ter um traçado urbano do tipo radioconcêntrico, com irregularidades devido à expansão da economia urbana da cidade, este se apresenta com problemas relacionados a circulação.

Sabe-se que o sistema viário urbano determina a facilidade, a conveniência e a segurança com que os moradores se locomovem através da cidade a partir da lógica do automóvel individual. O sistema viário que estabelece o tamanho dos quarteirões constitui um canal para passagem de luz e ar e contribui para as instalações das redes aéreas e subterrâneas. Na cidade do Crato, o sistema viário dificulta o deslocamento dentro do núcleo urbano. As dificuldades de comunicações entre os bairros por vias de transporte, estradas e ruas, dificultando a circulação e o acesso de um bairro a outro, são constantes para os moradores. O sistema de transporte coletivo entre os bairros é precário, sendo muitas vezes realizado por transportes alternativos. As estradas e ruas que compõem o traçado urbano da cidade são deficientes e apresentam irregularidades quanto ao espaçamento, pavimentação e destinação.

Um aspecto degradante do meio ambiente urbano no Crato está relacionado com o patrimônio histórico e cultural. Este patrimônio apresenta-se destruído, sem permitir um mapeamento espaço/temporal da memória da cidade. A expansão e multiplicação das relações de modernidade levou para o Crato a homogeneização de valores, necessidades, formas arquitetônicas e padrões

tecnológicos que provocaram a destruição da memória do povo cratense. O que se observa, é que há uma prática constante de extermínio total do passado da cidade, em virtude da não preservação do patrimônio histórico/cultural.

As mudanças não levam em consideração a memória da cidade, quando deveriam preservar os prédios, os ambientes naturais, museus, praças e manifestações coletivas públicas que marcaram e ainda marcam a cultura de sua gente. Não há uma preocupação com o tombamento dos bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história da cidade, quer por seu excepcional valor cultural, arqueológico, artístico e ecológico.

Como exemplo, é possível mencionar as casas, próximas a Praça da Sé, onde moraram Barbara de Alencar e Padre Cícero, personagens importantes da história da Região do Cariri e do Nordeste, foram totalmente reformadas e transformadas em espaços comerciais, dificultando distinguir onde realmente moravam estes personagens. Exemplos atuais de destruição do patrimônio histórico/cultural são as mudanças por que vêm passando as praças e o centro da cidade. Estes equipamentos urbanísticos, símbolo da memória dos tempos passados no Crato, vem perdendo sua originalidade com o incremento de materiais de construção típicos dos tempos modernos. Estas mudanças arquitetônicas não ocorrem só no centro da cidade e não são específicas ao ambiente externo dos imóveis, mas também aos seus interiores.

Todos estes elementos abordados, no que se refere ao urbanismo e meio ambiente, passam por uma política de desenvolvimento urbano calcada somente na produção e reprodução ampliada do capital, não visando o planejamento e uma gestão da cidade na perspectiva da sustentabilidade, desrespeitando o direito urbanístico e ambiental brasileiro.

Percebe-se, entretanto, que apesar das questões tratadas acima, relacionadas ao desenvolvimento sustentável e problemas decorrentes da cidade do capital que se apropria do espaço intraurbano e interurbano, os moradores resistem através de movimentos sociais, ONGs, conselhos formados pela sociedade civil, além de práticas comunitárias e individuais no sentido de construir uma cidade mais saudável, justa e igualitária, tendo como substrato paradigmático o direito à cidade, na perspectiva de viver harmoniosamente, como retrata a imagem (Figura 04).



Figura 04 - Experiências de práticas sustentáveis na cidade.
Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Entende-se ainda, através das formas de pensar e viver a cidade do Crato, que a maioria dos moradores expressa nos seus discursos, depoimentos e suas práticas os problemas ambientais, almejando uma cidade sustentável, mas que, dificilmente se realiza em virtude da força interventiva do capital que a todo instante lucra com os processos de degradação da cidade juntamente com o aporte do Estado capitalista (LOJKINE, 1997) a partir das políticas urbanas implementadas e pela ação das grandes corporações e empresas nacionais e transnacionais.

Entre as formas de resistência destacamos o papel das ONG's, Associações de Moradores, Sociedade de Amigos de bairro, grupos da Igreja Católica, entre outros. Entrementes, entende-se que o papel de ONG's como Fundação de Formação, Pesquisa e Difusão Tecnológica para Convivência Sustentável com o Semiárido, Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe, Cáritas Diocesana de Crato, Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Flor do Piqui, Ações extensionistas das Universidades, entre outras. Como exemplo, destacamos as ações da Associação de Moradores do Bairro Muriti que discute a todo instante o uso e distribuição da água, bem como os conselhos de meio ambiente e de bacias hidrográficas.



Figura 05 e 06: Luta da Associação em relação ao uso e destino da água juntamente com o Sindiágua.
Fonte: César Abreu (2010)

Os conselhos municipais representados pelo poder público e pela sociedade civil eram para ser algumas das formas que questionam a cidade capitalista ou mesmo como a cidade vem sendo incorporada no processo de produção e reprodução do capital. Esses conselhos, como foi o caso do Conselho de Meio Ambiente do Crato (COMDEMA), um dos objetos de investigação pesquisados possibilita entender como as políticas urbanas da prefeitura municipal enxerga e entende a cidade sob o prisma ambiental.

A partir da participação nesse conselho, percebe-se que eles funcionam somente como apêndices do Estado capitalista, sob a ótica fundamentalista e de políticas parciais que realmente não compreendem a complexidade das formas de produção e consumo da/na cidade, pois esses sim são o grande motor de degradação ambiental e social da humanidade.



Figura 06 e 07: Reunião do Conselho de meio Ambiente do Crato e Projetos Sustentáveis desenvolvidos pela Cáritas Diocesana. Fonte: Arquivo pessoal (2014)

O CONDEMA na realidade concreta não representa os interesses da maioria da população, ao contrário, sua própria composição orgânica é representada pelas diversas instituições, deixando apenas poucas cadeiras para os movimentos sociais, sindicatos e associações de moradores. O número de representantes ligados ao setor imobiliário, da construção civil, proprietários de terras, comerciantes, empresários e das instituições públicas são bem mais expressivos. Além dessa conjuntura, esse conselho só tem poder no âmbito consultivo, deliberando e fiscalizador, excluindo-se do papel de executor dessas políticas públicas voltadas à problemática ambiental e o desenvolvimento urbano.

Michael Löwy (2014) defende a resolução desses problemas ambientais a nível de mundo, mas que se espacializam no cotidiano da cidade, um modelo de desenvolvimento baseado no ecossocialismo, junção entre marxismo e ecologia. Essa proposta entende que é preciso romper com a ótica do produtivismo pelo lucro, da ditadura do dinheiro, romper com a forma de consumo ostentatória, contra o fetichismo da mercadoria. O autor visualiza como necessária uma reorganização das formas de produção e consumo, fundada em critérios exteriores ao mercado capitalista, sendo uma utopia de vida, um novo modo de pensar a sociedade e a cidade, rumo a uma cidade sustentável, uma civilização nova, para além do reino do dinheiro e do consumo, uma sociedade ecossocialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates nacionais e internacionais que tratam do meio ambiente e do desenvolvimento humano indicam que os principais problemas relacionados com essas temáticas concentram-se no espaço urbano, uma vez que os processos sociais, econômicos, culturais, populacionais e ambientais tendem a ocorrer, em grande parte, nas cidades.

Em decorrência disto, temos alguns casos em que cidades aliam crescimento econômico com desenvolvimento urbano visando minimizar os problemas ambientais, as crescentes desigualdades sociais e a insegurança cidadina (BORJA, 1996).

Foi sob essa perspectiva que se buscou entender os problemas ambientais inerentes ao desenvolvimento urbano na cidade do Crato, estado do Ceará, no sentido de defender a necessidade de se pensar o planejamento e a gestão municipal na perspectiva participativa e com preocupações ambientais. Sendo assim, analisou-se a problemática ambiental e as políticas urbanas municipais no que se refere ao desenvolvimento e meio ambiente.

A cidade do Crato oferece hoje uma imagem bastante preocupante do ponto de vista urbano/ambiental. Com certeza, a cidade não corresponde à sua destinação que seria satisfazer as necessidades primordiais de sua população.

A problemática ambiental urbana não ocorre somente na cidade em questão, nem no Estado do Ceará, mas estende-se por grande parte do território brasileiro, em virtude, principalmente, de políticas públicas desenvolvimentistas que seguindo modelos teóricos globais, não priorizam as cidades em uma perspectiva ancorada na sustentabilidade e no ecossocialismo (LÖWI, 2001).

REFERÊNCIAS

- BORJA, J. As Cidades e o Planejamento Estratégico: Uma Reflexão Europeia e Latino-Americana. In: FISCHER, T. (Org.) **Gestão Contemporânea. Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: contexto, 2013.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- FARIAS FILHO, W. A. de. **Crato - Evolução Urbana e Arquitetura: 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5a Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- _____. **A cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LÖWY, M. **O que é o ecossocialismo?**. São Paulo: Cortez, 2014.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA FILHO, J. C. A. de O. **Movimentos Sociais Urbanos: a produção do espaço e a luta pela moradia na cidade do Crato/Ceará**. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: contexto, 2013.
- _____. O Meio Ambiente Urbano: Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental. In: SILVA, J. B, COSTA, M. C. L. e DANTAS, W. C. (Orgs.) **A Cidade e o Urbano: Temas para debates**. Fortaleza: EDUFC 1997.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, A. C. da. **Um tema para reflexão: cidade visível e cidade invisível**. Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Fortaleza: AGB/CNPq, 1993.
- VEIGA, J. E. da. A Insustentável Utopia do Desenvolvimento. In: LAVINAS, Lena. (Org.) **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1993.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: contraponto, 1996.

ENVIRONMENTAL CRISIS AND URBAN DEVELOPMENT IN CRATO – CEARA: CONSIDERATIONS IN SUSTAINABILITY PERSPECTIVE.

ABSTRACT

This article has for its main goal to analyze the urban/environmental issue in Crato – CE. The methodology used it is constituted in qualitative research procedures guided by bibliographic search and documental analysis. Besides the observation and perception of the city, focusing on the actions and environmental impacts because of the public politics adopted and its urban development in the past few years. We tried to understand this city as a process of production and reproduction of social relationship, in the sense of knowing it as a product of contradiction for the capital development model. This city doesn't understand the relationship between society/nature as something inseparable, instead, it highlights its own contradictions, knowing the nature as something to be explored endlessly. The results show that the city doesn't destinate itself to satisfy the population primary needs, even though new ways to rethink it has emerged. Starting with community and individual practices.

KEYWORDS: Environment. Sustainable Development. Life Quality. Society. Nature.

CRISIS AMBIENTAL Y DESARROLLO URBANO EN CRATO CITY - CEARÁ: CONSIDERACIONES EN LA PERSPECTIVA DE SOSTENIBILIDAD

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el tema urbano/ambiental en Crato - CE. La metodología constituye procedimientos cualitativos de investigación basados en la revisión bibliográfica y análisis de documentos, así como la observación y percepción de la ciudad. La investigación se justifica con el fin de entender la ciudad, centrándose en las acciones e impactos ambientales, como resultado de las políticas públicas adoptadas y su desarrollo urbano en los últimos años. Se trata de entender esta ciudad como un proceso de producción y reproducción de las relaciones sociales, percibiéndola como un producto de las contradicciones del modelo de desarrollo de capital. Este municipio no entiende la relación sociedad/naturaleza como inseparable, por el contrario, intensifica las contradicciones de la misma, al percibir la naturaleza como un activo para ser explotada de forma ilimitada. Los resultados demuestran que la ciudad de Crato no está destinada a satisfacer las necesidades primarias de la población, a pesar de que están surgiendo nuevas formas de interpretación a partir de prácticas individuales y comunitarias.

PALABRAS CLAVE: Medio Ambiente. Desarrollo Sustentable. Calidad de Vida. Sociedad. Naturaleza.